

## A construção do conhecimento sobre o campo da autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma revisão de literatura

*The construction of knowledge about the field of institutional self-assessment in the Federal Institutes of Education, Science and Technology: a literature review*

Recebido: 31/07/2023 | Revisado:  
06/11/2023 | Aceito: 06/11/2023 |  
Publicado: 28/11/2023

**Ivan dos Santos Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2202-9926>

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Piauí  
E-mail: [ivanoliveira@ifpi.edu.br](mailto:ivanoliveira@ifpi.edu.br)

**José Carlos Rothen**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5360-1913>

Universidade Federal de São Carlos  
E-mail: [joserothern@ufscar.br](mailto:joserothern@ufscar.br)

**Como citar:** ROTHEN, J. C.; OLIVEIRA, I. S.; A construção do conhecimento sobre o campo da autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma revisão de literatura.

**Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 1-16, e15890, Nov. 2023.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

### Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo identificar como se estruturou o conhecimento na produção acadêmica, entre 2008 e 2020, a respeito da autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura sistematizada a respeito da temática, visando compreender o conhecimento a respeito da autoavaliação institucional, no âmbito da educação superior, profissional e tecnológica. Como resultados, verificamos que são poucos os estudos meta-avaliativos na área, que o interesse pela temática antecede a criação dos Institutos Federais e que os estudos focam, principalmente, na relação da autoavaliação com os processos de gestão e planejamento das IES e na atuação das CPAs.

**Palavras-chave:** autoavaliação institucional; metaavaliação; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

### Abstract

This research aimed to identify how knowledge was structured in academic production, between 2008 and 2020, regarding institutional self-assessment in the Federal Institutes of Education, Science and Technology. For this, a systematized literature review was carried out on the subject, aiming to understand the knowledge about institutional self-assessment, in the context of higher, professional and technological education. As a result, we found that metaevaluation studies in the area are scarce, that interest in the subject precedes the creation of Federal Institutes, that studies focus mainly on the relationship between self-assessment and the institutional's management and planning processes, and on the performance of the CPAs.

**Keywords:** institutional self-assessment; metaevaluation; Federal Institutes of Education, Science and Technology.

## 1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, os estudos a respeito da avaliação da educação superior no Brasil têm como foco de pesquisa as universidades, sobretudo as públicas (Oliveira; Rothen, 2021), dado ao protagonismo que essas instituições de educação superior (IES), historicamente, exerceram nesse nível de educação e aos profícuos trabalhos de pesquisa desenvolvidos por renomados pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação com base nessas IES. Entretanto, com a publicação da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são criados e equiparados às universidades, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, a avaliação e a supervisão das instituições e dos cursos de educação superior (Brasil, 2008), inserindo-os como potenciais objetos de estudo desse campo científico.

Os Institutos Federais, conforme rege sua lei de criação, são instituições públicas de ensino especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, mas que possuem uma singularidade quanto a sua natureza institucional, ao articularem os níveis de ensino da educação básica, profissional e superior. Nesse sentido, por atuarem na formação superior, mediante a oferta de licenciaturas, de bacharelados e de cursos tecnólogos, essas IES são avaliadas dentro da sistemática do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual realiza-se pela aplicação de três instrumentos principais: a avaliação institucional, a avaliação de cursos e o exame nacional de desempenho de estudantes (ENADE).

Nesse sistema, a avaliação institucional é composta por duas etapas: a avaliação interna ou autoavaliação e a avaliação externa, realizada por uma comissão de avaliadores não vinculados à IES. Na etapa da autoavaliação, as IES assumem o protagonismo do processo avaliativo, com o objetivo de pesquisar, mediante a participação ativa dos diversos segmentos da comunidade interna, os pontos fortes da instituição e as debilidades que necessitam ser melhoradas. Essa etapa do processo avaliativo mostra-se, então, como momento ideal para o desenvolvimento de um processo emancipatório tanto dos sujeitos como das IES.

Tendo isso em vista, a presente pesquisa teve como objetivo identificar como se estruturou o conhecimento acadêmico em teses, dissertações, artigos e trabalhos apresentados em eventos científicos a respeito da autoavaliação institucional nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, principalmente estudos meta-avaliativos, os quais objetivam o melhoramento de avaliações, no recorte temporal que compreende os anos de 2008 a 2020. Para isso, realizamos uma revisão de literatura sistematizada a respeito da temática, visando compreender o conhecimento a respeito da autoavaliação institucional, no âmbito da educação superior, profissional e tecnológica.

Iniciamos nossa pesquisa utilizando a ferramenta de busca avançada do banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, em meados do mês de março de 2020, inserindo os descritores “autoavaliação”, “instituto federal” e “rede federal”. Os resultados foram 77 (setenta e sete) trabalhos encontrados, mas apenas 08 (oito) dissertações e 01 (uma) tese pertencente ao recorte de contexto teórico da avaliação institucional e ao recorte do objeto estudado, que são os Institutos Federais. Também foram utilizados os descritores “avaliação

interna”, “instituto federal” e “rede federal”, ocasionando 07 (sete) resultados, dos quais também apenas 01 (um) se enquadra no recorte de contextos teórico e de objeto aqui definidos.

Ainda nessa base de dados, achamos por bem, mais uma vez, realizar busca, dessa feita, utilizando os descritores “meta-avaliação” e “educação superior” para ter absoluta certeza de que todos os trabalhos referentes ao recorte abordado fossem encontrados. Tivemos como resultado 11 (onze) trabalhos meta-avaliativos de algum aspecto da educação superior nacional, sendo 05 (cinco) deles referentes à meta-avaliação de processos de autoavaliação institucional em IES, mas não referentes a Institutos Federais, como presumível.

Esgotadas as possibilidades de localizar pesquisas acadêmicas sobre a meta-avaliação da autoavaliação na Rede Federal na BDTD, empreendemos pesquisa na base de dados do Google Scholar. Foram utilizados nessa plataforma os descritores “meta-avaliação”, “autoavaliação”, “rede federal” e “instituto federal”, obtendo-se um total de 49 (quarenta e nove) resultados entre teses, dissertações, artigos e trabalhos acadêmicos. Excluídos os resultados repetidos ou não pertinentes ao contexto teórico e de objeto, a pesquisa possibilitou encontrar outras 02 (duas) dissertações não disponíveis no catálogo da BDTD e 01 (um) trabalho acadêmico apresentado em eventos.

Da mesma forma, empreendemos busca no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, a fim de encontrar algum outro trabalho que nos faltasse nas buscas anteriores. Optamos por concentrar a pesquisa no termo “meta-avaliação”, reduzindo para 79 (setenta e nove) resultados. Excluindo os trabalhos encontrados nas outras bases de dados, encontramos mais 02 (dois) trabalhos referentes ao contexto teórico e ao objeto aqui tratado. Decidimos, então, ampliar a busca utilizando os descritores “meta-avaliação” e “autoavaliação”, obtendo um resultado de 06 (seis) artigos, sendo 02 (dois) deles referentes ao âmbito da autoavaliação institucional no ensino superior.

## **2 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES DO MATERIAL COLETADO**

### **2.1 META-AVALIAÇÕES DE AUTOAVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dos 21 trabalhos acadêmicos encontrados (04 teses, 14 dissertações, 02 artigos publicados em periódicos e 01 trabalho publicado em evento), apenas dois anunciam-se enquanto pesquisas meta-avaliativas que contemplaram processos de autoavaliação nos Institutos Federais entre as IES investigadas, é o caso do de Fernandes (2017) e do de Oliveira, A. (2015).

Além de anunciarem-se como meta-avaliações, as pesquisas que enveredam por esse caminho constroem suas análises sem considerar as idiossincrasias que diferenciam as modalidades de instituições presentes em suas amostras, uma vez que tratam da análise de universidades, Institutos Federais e demais modalidades de IES presentes no cenário nacional e, da mesma forma, não correlacionam os resultados das análises dos processos de autoavaliações às

especificidades inerentes de cada instituição, as quais, hipoteticamente pudessem de alguma forma colaborar para tais achados.

De todo modo, esses estudos contribuem para o avanço do entendimento dos processos de autoavaliação institucionais nos IFs, como o faz Fernandes (2017) ao realizar meta-avaliação do SINAES, tendo por objetivo geral a análise da autoavaliação, entre 2004 e 2015, em uma amostra de onze instituições de educação superior pertencentes ao Sistema Federal de Ensino e a ressonância desse processo no Estado avaliador e no Estado regulador. Dentre as instituições, a amostra contempla 01 (um) Instituto Federal da região Norte. O mesmo anuncia que seu trabalho está em sintonia com a abordagem metodológica do materialismo histórico-dialético, enquadrando-o como uma pesquisa quali-quantitativa de ordem exploratória e descritiva, utilizando-se da análise documental e bibliográfica.

Embora se anuncie como um estudo meta-avaliativo, não foi possível compreender com exatidão com que parâmetros, indicadores ou padrões avaliou a autoavaliação e nem identificar o instrumento avaliativo utilizado ou a escala de valores, dando a entender de que, para o autor, sua meta-avaliação é o próprio movimento de análise, explicação e descrição dos aspectos que objetivou desvelar.

Também, aborda a temática proposta, a pesquisa de Oliveira, A. (2015), a qual teve como objetivo avaliar o modelo de avaliação institucional interna no âmbito do SINAES, portanto uma meta-avaliação, elegendo como objeto de pesquisa, dentre outras modalidades de IES, os Institutos Federais, a exemplo do que fez Fernandes (2017). As demais pesquisas que utilizaram a meta-avaliação da avaliação institucional não focaram nos Institutos Federais, conforme anunciado anteriormente.

Tomando por pressuposto o caráter emancipatório inicialmente pensado para a função da autoavaliação nas IES, bem como os aspectos de controle imanentes do SINAES, nesse trabalho, a autora se propõe a responder dois questionamentos, que, ao seu ver, referem-se a aspectos da avaliação que são ao mesmo tempo, antagônicos e complementares, sejam eles os caracteres emancipatórios e regulatórios da avaliação interna no âmbito do SINAES. Assim, responde às seguintes questões: Em que medida o processo de autoavaliação responde ao seu caráter emancipatório proposto pelo SINAES? Até que ponto o processo de autoavaliação atende ao caráter regulatório?

A fim de obter respostas, Oliveira, A. (2015) toma algumas decisões metodológicas que nos interessam detalhar, tais como a escolha das instituições a serem pesquisadas, a escolha do material a ser analisado e do instrumento de meta-avaliação. Com relação às instituições pesquisadas, a autora inova ao eleger dentre outras modalidades de IES, a exemplo de universidades, cinco Institutos Federais em diferentes estados da federação, escolhidos por sorteio, os quais, por razões não declaradas, não os identifica. Com relação ao material fonte de dados, elegeu os relatórios de avaliação institucional elaborados pelas CPAs.

O instrumento de meta-avaliação foi uma lista de verificação (*checklist*) elaborada pela autora com base nas ideias e princípios emancipatórios para uma avaliação da educação superior, teorizados pelo pesquisador brasileiro Dias Sobrinho (2003), pré-testado, ajustado e validado previamente por especialistas. Salaria que o uso desse instrumento possibilita agrupar e verificar indicadores emancipatórios e regulatórios para uma análise organizada.

Dessa forma, a autora chega a resultados consternadores, no que diz respeito ao panorama da autoavaliação institucional nos Institutos Federais por ela pesquisados. Em síntese, dos 14 (quatorze) indicadores emancipatórios elaborados pela autora, apenas em 04 (quatro) deles os Institutos Federais avaliados na pesquisa, de alguma forma, atingem resultados satisfatórios, o que contribui para a autora concluir que “os Institutos Federais e as faculdades cumprem os indicadores de natureza regulatória, mas são significativamente omissos na observância de características emancipatórias em seus processos avaliativos internos” (Oliveira, A., 2015, p. 95).

Os achados de Oliveira, A. (2015) nos dão uma pequena, porém rica, amostra do panorama dos processos de autoavaliação na Rede Federal nos autorizando, dentro de seus limites e possibilidades, a confirmar aquilo que empiricamente já havíamos desconfiado sobre as dificuldades de se construir processos autoavaliativos emancipatórios nesses contextos; a confirmar a quase inexistência da prática da meta-avaliação no âmbito da avaliação educacional da educação superior brasileira; a considerar a evidente diferença e especificidade desses processos no contexto da Rede Federal em contraste ao contexto das universidades; e também a sopesar a urgência e seriedade que emerge da necessidade de melhor conhecer, caracterizar, analisar, discutir e propor melhorias aos processos de autoavaliação institucional dos Institutos Federais, a fim de que se caracterizem enquanto processos mais emancipatórios.

Também os demais trabalhos acadêmicos encontrados, dentro dos limites abarcados por seus objetivos de pesquisa e por seus arranjos metodológicos-analíticos, e embora não se anunciem enquanto pesquisas meta-avaliativas, nos dão uma amostra do panorama dos processos de autoavaliação que ocorrem em alguns Institutos Federais isoladamente, e trazem resultados e considerações convergentes entre si, e aos nossos pressupostos empíricos explanados na introdução deste trabalho.

## 2.2 IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Observamos que alguns trabalhos acadêmicos ocuparam-se de investigar e lançar luz aos processos de autoavaliação nas instituições enquanto ainda não eram oficialmente Institutos Federais e respondiam oficialmente por outras nomenclaturas, os quais têm sua parcela de importância para o entendimento da temática em questão, ao discutirem e descreverem como aconteceu a implementação dos processos de autoavaliação institucional em algumas dessas instituições, bem como por apresentarem os desafios e os avanços do desenvolvimento desses processos. É o caso de Argollo (2010) que, em sua pesquisa de mestrado, analisa a implementação da autoavaliação institucional na Rede Federal, com o diferencial de que sua análise retrata esses processos quando as instituições ainda eram Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), no período de 2004 a 2009.

Com o objetivo principal de entender como foi a implementação da autoavaliação nesses espaços, considerando os pressupostos da autonomia, globalidade e participação, a autora construiu um modelo operacional que serviu de



guia para a coleta de dados e de instrumento analítico para o entendimento das categorias: autonomia, globalidade e participação. Em sua pesquisa, a autora realizou entrevista com 16 coordenadores de Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) dos CEFETs integrantes da Rede, à época, dentre eles um coordenador de uma universidade tecnológica. Além disso, a pesquisadora empreendeu análise dos documentos produzidos pelas CPAs, a fim de validar as informações obtidas por meio das entrevistas. Sua pesquisa traz resultados importantes que esclarecem desde os perfis dos coordenadores, a caracterização das CPAs, as concepções de avaliação dos coordenadores, até o panorama da globalidade da avaliação e da participação.

Com relação à caracterização das CPAs e ao trabalho desenvolvido, seus interlocutores apontaram para entraves na condução do processo avaliativo, reconhecendo a necessidade de estrutura para a comissão desenvolver seu trabalho. Conforme demonstra a autora, as dificuldades de implementação da autoavaliação naqueles contextos foram inúmeras, dentre elas a falta de recursos e ferramentas para analisar os resultados das avaliações e o acúmulo de atividades por parte dos membros da comissão. Com relação à concepção de avaliação dos coordenadores, em suma, a pesquisadora demonstra que essa foi vista como instrumento de gestão que promove a orientação do planejamento. No entanto, os participantes também demonstraram o entendimento de que a avaliação tem dupla função, tanto regulatória como formativa, no intuito de aferir melhoria institucional e corrigir os rumos dos processos internos.

A despeito de 87% dos coordenadores afirmarem a autonomia das CPAs na condução da autoavaliação, considera a autora que essa autonomia foi relativa, primeiro porque a regulamentação das funções e das atividades das comissões são formuladas em outros níveis institucionais, segundo pela falta de suporte financeiro e estrutural e terceiro pela falta de apoio técnico e operacional. Considera que os CEFETs avançavam na compreensão de que uma análise global e integrada significa avaliar todos os níveis de ensino e todos os *campi*. Com relação à participação no processo, de acordo com o juízo dos coordenadores, essa dimensão foi considerada tímida, sendo esse o principal desafio para as comissões elaborem instrumentos mais participativos.

A seu tempo, Souza (2010) abordou os processos de autoavaliação de dois *campi* do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – IFNMG, tendo como pano de fundo, as mudanças institucionais pelas quais passaram. Assim como Argolo (2010), o recorte temporal da pesquisa compreendeu os anos de 2004 a 2009, período em que as instituições ainda eram CEFETs. Sua análise foi baseada no material coletado por meio de entrevistas com gestores e membros das CPAs. Os entrevistados apontaram vários obstáculos para a implementação e desenvolvimento das atividades da comissão, dentre eles os mais lembrados foram a falta de capacitação dos membros e, até mesmo, o desconhecimento da proposta do SINAES, a falta de estrutura e de investimento que dessem suporte ao trabalho da CPA, bem como a falta de tempo para realizar as autoavaliações em tempo hábil e o excesso de trabalho em outras atividades.

No entanto, também foi possível identificar, em meio às dificuldades, estratégias assertivas da comunidade para a melhoria do processo. Um bom exemplo foi o que ocorreu na segunda avaliação do campus Januária. Nessa etapa, afirmaram os entrevistados, que foi criado um sistema informatizado para a autoavaliação, o

qual, dentre outras coisas, facilitou a análise dos questionários que foram aplicados tanto eletronicamente, quanto em papel. Após a coleta, foram constituídas subcomissões para a análise de cada uma das dimensões do SINAES, resultando em um relatório participativo. Os resultados foram amplamente divulgados no site da instituição e em uma cartilha elaborada e distribuída em todos os ambientes da escola. Outro exemplo foi a sensibilização promovida pela CPA do campus Salinas por meio da promoção de um seminário de autoavaliação que obteve elevada audiência.

Considerou a autora que o ponto de vista de sua amostra sobre a avaliação institucional era uma perspectiva democrática com potencial transformador, cuja função era a melhoria da instituição. No entanto, os entrevistados também deixaram claro a necessidade de se atender às solicitações do MEC, no sentido de acatar a lei. Com relação à construção do relatório, considera Souza (2010) que os mesmos apresentam análises quantitativas e qualitativas, e demonstram a preocupação em atender aos anseios da comunidade consultada. O estudo de Souza (2010) é denso e detalhista. Dá voz aos sujeitos que participaram das experiências de autoavaliação em seus espaços escolares, e aos seus leitores possibilidade de imersão no processo autoavaliativo institucional no contexto de mudanças de ordem de identidade na Rede Federal.

Ainda na esteira dos trabalhos que pesquisaram a implementação da autoavaliação institucional nas instituições em foco, contribui o de Paiva (2012), que teve como objetivo geral analisar o processo de autoavaliação institucional no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, a qual considera que a contribuição principal do estudo foi a possibilidade de socializar experiências de autoavaliação institucional no IFRJ, em instituições federais e outras instituições educacionais.

A autora, em seu estudo, aborda a construção da identidade institucional devido à recente transformação, à época, em Instituto Federal e, dentre outras ações, pondera que foi possível analisar as experiências e os desafios do processo de autoavaliação institucional presentes no IFRJ, com base em documentos legais, nas entrevistas e nas observações de campo. Pondera ainda que naquela instituição, por meio da voz dos sujeitos pesquisados, o significado da autoavaliação estava fortemente relacionado aos aspectos regulatórios das avaliações externas e que se iniciava um entendimento sobre a possibilidade da autoavaliação subsidiar ações de gestão e de planejamento estratégico. Esclarece que, no momento da pesquisa, tanto a CPA da instituição, quanto a cultura de autoavaliação, ainda estavam em fase de implementação, não sendo, por isso, possível observar os impactos dos resultados do processo autoavaliativo nas dimensões institucionais. Sua pesquisa, portanto, é um profícuo retrato de um processo em seu início, que possibilita, dentre outras ações, tecer análises longitudinais, bem como estudos comparativos para compreender as etapas de desenvolvimento de um processo autoavaliativo.

Os estudos de Argollo (2010) e de Souza (2010) são significativos, primeiro, pela dimensão da representatividade da amostra analisada; segundo, pelo instrumento analítico-metodológico que formulam e, terceiro, pelo recorte histórico-temporal que fazem, pois permitem-nos compreender como se implementaram os processos de autoavaliação nas instituições que futuramente se transformaram em Institutos Federais, complementados pelo de Paiva (2012) que nos concebe olhar para a implementação desses processos em um recém-criado Instituto Federal.

Certamente, os resultados desvelados por essas pesquisas ainda repercutem nos processos autoavaliativos e nos dão indicações da realidade nesses contextos educacionais.

### 2.3 RELAÇÕES ENTRE AUTOAVALIAÇÃO, AÇÕES DE GESTÃO, DE ESTRATÉGIA E DE PLANEJAMENTO NOS INSTITUTOS FEDERAIS.

Muitos dos trabalhos de pesquisa no âmbito de investigação nos Institutos Federais focalizam pesquisar e compreender, por meio de abordagens teórico-metodológicas diferenciadas, como se sucedem as relações entre os resultados dos processos autoavaliativos, com as ações de gestão, de estratégia e de planejamento praticados nesses contextos. É o caso dos trabalhos de Menezes (2012), Oliveira, L. (2013), Argollo (2015), Kwecko (2017), Oliveira, J. (2017) e Silva (2019), dos quais além do recorte temático, muitos coincidem em não ter preocupação em descrever ou analisar o processo de autoavaliação naquele contexto de estudo, não obstante, partem dos resultados do processo autoavaliativo para estabelecer suas relações, o que não nos impede de descrever mais detalhadamente os achados dessas pesquisas, vez que tratam de uma dimensão essencial da autoavaliação institucional.

Nesse sentido, foi Menezes (2012) quem primeiro analisou a relação entre ações de gestão e as informações produzidas pela autoavaliação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG. Sua investigação, de abordagem qualitativa, elegeu como sujeitos da pesquisa os gestores, que ocupavam os cargos de chefias de departamento, pró-reitorias, reitoria e a presidência da CPA, no período entre 2006 a 2008. Utilizou entrevistas semiestruturadas e a análise documental ancoradas no método fenomenológico, por meio da qual buscou conhecer e desvelar os sentidos que os sujeitos atribuíram aos processos avaliativos.

A pesquisadora chega a conclusões relevantes que confirmam nossas suspeitas empíricas sobre a aparente falta de sinergia entre as ações de gestão e de planejamento com o processo de autoavaliação. Considera que, de modo geral, os gestores pesquisados compreendem a importância da autoavaliação e a possibilidade de usar seus resultados na gestão, porém a percebem também como um processo de prestação de contas. Dessa maneira, os resultados da autoavaliação serviram mais para alinhar as ações da instituição com aquelas que o Ministério da Educação exige, por exemplo, nos processos de reconhecimento de cursos. Os resultados de sua pesquisa indicaram, também, que os gestores, quando não ignoravam o próprio relatório, tinham dificuldade em usar as recomendações feitas pela CPA, denotando falta de clareza tanto em relação ao processo de avaliação instituído, quanto ao uso da autoavaliação como estratégia de gestão para tomada de decisão.

Como se pôde perceber, não foi objetivo de Menezes (2012) descrever ou analisar o processo de autoavaliação naquele Instituto, mas tão somente, a partir dos resultados da autoavaliação, examinar as relações com as ações de gestão, desse modo sua pesquisa não nos fornece pormenores de como acontece o processo autoavaliativo, seus limites e possibilidades naquele Instituto.



Na contramão dos resultados de Menezes (2012) temos os resultados de Argollo (2015) que, desta feita, em sua tese de doutoramento, analisa a articulação entre avaliação e planejamento nas IES da Rede Federal, considerando avaliação e planejamento enquanto ferramentas no contexto da nova administração pública. A autora tem como sujeitos os membros de CPA's e gestores de três IES da Rede Federal (uma da Bahia, outra de Minas Gerais e outra do Paraná), as quais não identifica, sendo por isso, impossível de caracterizar os processos autoavaliativos nesses possíveis Institutos Federais.

Como resultado de sua tese, a autora considerou que nas instituições pesquisadas a avaliação é articulada com o planejamento institucional, servindo de diagnóstico e subsidiando decisões para a melhoria dos processos. No entanto, concorda com Menezes (2012) ao considerar que a avaliação de curso tem maior incidência no planejamento, seguida da autoavaliação.

Já Oliveira, L. (2013), sob a perspectiva gerencialista, empreendeu pesquisa de mestrado pelo programa de pós-graduação em engenharia de produção da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a qual teve como objetivo verificar a adequação entre a teoria gerencial e a avaliação interna do SINAES. A pesquisadora se utilizou da pesquisa documental e da análise de conteúdo dos relatórios de avaliação interna produzidos entre o período de 2004 a 2012 de 10 (dez) IES, sendo elas cinco universidades e cinco Institutos Federais, a saber: IF Sudeste de Minas – 2011, IF Pernambuco – 2011, IF Paraná – 2010, IF Roraima – 2010 e IF Goiano – 2010.

Embora seja possível identificar os Institutos Federais contemplados na pesquisa de Oliveira, L. (2013), a autora, coerente com seus objetivos e atendendo à lógica da padronização, faz uma análise integrativa dos dados resultantes da análise dos relatórios de autoavaliação das IES, entendendo o contexto das universidades e dos Institutos Federais como único, não sendo possível, desta maneira, identificar com precisão as singularidades do processo avaliativo em cada modalidade de IES.

A partir de sua perspectiva de melhoria da avaliação fundamentada na lógica gerencialista, considera que há fraca adesão à teoria gerencial entre os procedimentos de avaliação institucional utilizado pelas universidades e Institutos Federais. Nesse sentido, concorda Argollo (2015, p. 272) de que “a gestão pública demanda um tempo maior para imprimir mudanças de paradigmas e até mesmo para incorporar novos modelos, sejam Novo Serviço Público, ou Nova Administração Pública” e que “instaurar novas culturas gerenciais, sejam de gestão ou de avaliação, disputam e perdem, no espaço e tempo, para concepções mais retrógradas e até mesmo para simples práticas já instaladas”.

Kwecko (2017) versa sobre a relação entre a autoavaliação institucional e a gestão estratégica no campus Rio Grande do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Teve como objetivo verificar se os resultados da autoavaliação institucional estavam sendo considerados como elementos de apoio ao processo de tomada de decisão estratégica do campus Rio Grande, e em que medida as estratégias escolhidas pelo campus Rio Grande procuram atender às dimensões avaliadas e às sugestões apontadas pela autoavaliação institucional. Considera que, entre outros aspectos, os resultados identificaram a valorização da autoavaliação institucional como uma importante ferramenta de gestão educacional pela comunidade acadêmica, mas revelaram um

tímido aproveitamento dos resultados da autoavaliação institucional na tomada de decisão dos gestores, situação atestada pela baixa incorporação dos resultados da autoavaliação institucional no planejamento estratégico do Campus Rio Grande.

Também Oliveira, J. (2017) pesquisa a relação entre autoavaliação institucional e ação estratégica, mas dessa feita tendo como caso o Campus Patrocínio, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM. Sua pesquisa tem como problema: Que estratégia de melhoria decorre dos resultados do processo de autoavaliação do IFTM? O objetivo geral consistiu em avaliar as estratégias de melhoria que decorrem a partir de um processo de autoavaliação. Seus resultados indicaram que o planejamento estratégico, com base nos seus aspectos teóricos e práticos, de conteúdos e formas, se constitui como uma ferramenta de aprendizagem organizacional e ajuda a melhorar o processo decisório, fornecendo alternativas para avanços presentes e futuros no processo dinâmico sistêmico da autoavaliação na instituição.

Assim, como Menezes (2012), ambos os estudos (Kwecko (2017) e Oliveira, J. (2017)) não tiveram como foco detalhar ou caracterizar mais acuradamente o processo de autoavaliação nas IES estudadas e sim se ater à relação entre os resultados do processo com as ações de gestão estratégicas.

O último trabalho pertinente a esse grupo foi o de Silva (2019) que é uma dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). O autor objetivou compreender o processo de autoavaliação no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), com base na gestão do conhecimento e na teoria institucional, utilizando entrevistas com gestores da instituição, observação participante e pesquisa documental. Segundo o autor, os resultados da pesquisa identificam a realização do processo autoavaliativo como um mecanismo de legitimação institucional, pouco voltado ao que preconiza a gestão do conhecimento. Os processos de aquisição, criação, compartilhamento, armazenamento e principalmente de aplicação do conhecimento são comprometidos por um conjunto de fatores limitantes. Esses fatores, de forma geral, dizem respeito à estratégia e apoio da gestão, políticas e práticas de gestão de pessoas, cultura e ambiente, estrutura e papéis, processos e tecnologia, fatores individuais e, mensuração de resultados. Considera ainda que a padronização imposta pelos preceitos legais, não necessariamente é um entrave, podendo atuar como um instrumento norteador para a construção de melhores processos institucionais.

Consoante ao seu paradigma teórico-metodológico, Silva (2019) destaca alguns fatores limitantes do processo de autoavaliação naquela IES, os quais convergem com os de Menezes (2012) a exemplo: da falta de uma estratégia institucional integrada entre a CPA e a IES, bem como a falta de apoio da gestão no fortalecimento da estratégia avaliativa; do acúmulo de atividades por parte dos membros da CPA; da falta de políticas e práticas de gestão de pessoas voltadas ao processo de autoavaliação; da falta de uma cultura de avaliação voltada para a melhoria contínua da qualidade institucional a partir do processo autoavaliativo; do atendimento à obrigação legal como o principal fator para a realização da autoavaliação; da adoção de processos e tecnologias voltados para o atendimento do mínimo necessário e a replicação das deficiências relacionadas ao processo ao longo dos anos; da descontinuidade dos membros da comissão; da desmotivação dos servidores em relação ao processo e aos resultados da

autoavaliação; do descrédito em relação às melhorias na instituição a partir da sua percepção acerca do processo autoavaliativo; e, finalmente, da adoção parcial ou descontinuada de indicadores institucionais para acompanhar a autoavaliação.

#### 2.4 CPA, PERSPECTIVAS DOS SUJEITOS E MUDANÇA DE PARADIGMA AVALIATIVO NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Além das temáticas acima citadas, verificamos que os trabalhos de pesquisa acadêmica realizados no âmbito dos Institutos Federais que focalizam os processos autoavaliativos investigam e discutem as relações e as implicações do trabalho da CPA para com o desenvolvimento do processo, bem como das perspectivas e participação dos sujeitos.

De certo modo, a discussão das ações da CPA estão presentes na maioria dos estudos, mesmo que indiretamente, fato mais que compreensível dado à importância que estes sujeitos têm na implementação e andamento do processo de autoavaliação institucional. A respeito disso, convergem os pesquisadores nos principais desafios das comissões, que, dentre outros, destaca-se relativa falta de autonomia, falta de tempo, de capacitação e de estrutura para o desenvolvimento de seu trabalho a contento. Não obstante a esses desafios, também, a preocupação com o envolvimento dos demais sujeitos participantes e com formas de aperfeiçoamento e adequação contextual das práticas avaliativas buscadas pelas CPAs são discussões constantes.

Destarte, Saboya (2015) analisa como as ações da CPA se tornam efetivas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), à luz do SINAES, e busca as evidências que apontam para a construção da cultura de avaliação, e a conseqüente melhoria da qualidade dos programas de graduação do IFCE. Por meio de uma pesquisa predominantemente exploratória e descritiva, de caráter documental, com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como procedimento técnico o estudo de caso, evidencia o histórico, a composição e a forma de atuação da CPA. A partir da análise de questionários aplicados, apresenta a visão de gestores e representantes da comunidade acadêmica sobre a atuação da CPA, além das reflexões sobre as fragilidades e fortalezas dessas comissões, na ótica de seus membros.

Sua pesquisa nos proporciona ricas informações a respeito da cultura avaliativa naquela instituição, como, por exemplo: identifica que a reflexão sobre a avaliação naquele contexto é anterior ao SINAES com registros que datam da década de 1970 e um registro de uma avaliação institucional ocorrida no ano de 1996. Também expõe brevemente as considerações do primeiro relatório de autoavaliação no contexto do SINAES promovida na escola, quando ainda era CEFET, em 2004.

A autora descreve o funcionamento e as funções da Comissão Central que coordena subcomissões responsáveis pelo processo de autoavaliação nos *campi*, destacando que a CPA, naquela IES, até o ano de 2013, tinha relativa condições estruturais e incentivos para seu funcionamento, como, por exemplo: uma secretaria administrativa e o fato das horas destinadas ao trabalho da comissão computarem como carga horária. Ainda de acordo com a autora, a CPA do IFCE tinha como diretriz uma autoavaliação global da instituição com valores democráticos que alcançaram

percentuais consideráveis de participação de estudantes, chegando em alguns casos a mais de 90% (noventa por cento). Também ponderou como louváveis as etapas de sensibilização, de coleta de dados, de análise e a metodologia de construção dos relatórios locais e final, bem como a prestação de contas do processo.

A pesquisa de Saboya (2015) englobou participantes dos 23 (vinte e três) *campi* do IFCE, compreendendo os diversos públicos da instituição, deste modo, não obstante as boas práticas da Comissão, constatou que os sujeitos participantes desconheciam o real papel da CPA, assim como a localização da CPA na estrutura organizacional do IFCE. Suas análises apontaram que a CPA tinha relativa visibilidade entre os gestores, professores e técnicos administrativos, sendo menos reconhecida entre alunos. Identifica, também, o enfrentamento de pontos fracos apontados pela CPA, por meio de ações estratégicas do planejamento do IFCE, além das principais dificuldades elencadas pelos membros da CPA, para a atuação plena das comissões.

A seu tempo, desta feita, com foco na perspectiva dos sujeitos participantes do processo autoavaliativo, Martins (2017) também realizou sua pesquisa no IFCE, com o objetivo de conhecer a autoavaliação institucional naquela IES, na perspectiva de estudantes, técnicos e professores, a fim de verificar a eficácia de melhorias nos cursos e na instituição, de 2014 a 2016. Diferentemente de Saboya (2015), que utilizou amostras de todos os campi do IFCE, os sujeitos pesquisados por Martins (2017) foram somente os gestores, estudantes, docentes e técnicos em educação dos *campi* de Tauá e Crateús, no Ceará. O autor anuncia que comparou as informações coletadas com o estudo de Saboya (2015), a fim de apontar avanços e estagnações da autoavaliação institucional do IFCE, observando o lapso de 2014 a 2016.

Em seu cotejamento, considera que foi possível convergências e discrepâncias entre as informações coletadas nos dois trabalhos. Como convergências, cita: a dificuldade das CPAs, central e locais, para a realização de suas atividades em decorrência de alguns motivos, tais como infraestrutura insuficiente para o trabalho da CPA (espaço físico, recursos humanos, materiais e financeiros), falta de interesse da comunidade, descrédito dos servidores, ausência de calendários e de reuniões sistemáticas.

Como discrepâncias, considera que a integração do planejamento e da avaliação, ou mesmo o uso dos resultados da avaliação institucional para subsidiar a elaboração do PDI/PAA, demonstrou avanços, ante o que é relatado por Saboya, mas, quanto ao aspecto da autonomia da CPA, observa retrocesso ao considerar como insatisfatória ou mesmo falta de autonomia. Atenta o autor para a grande rotatividade dos componentes das comissões, apontando para a necessidade de continuação dos trabalhos das CPAs, assim como para a contínua formação e capacitação de seus novos membros.

Finalmente, Silva *et al.* (2017) relatam, em trabalho apresentado em evento científico, a experiência da implantação de um modelo de avaliação democrática desenvolvido a partir de 2014 no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), em uma evidente mudança de paradigma avaliativo, obtendo resultados profícuos, principalmente no que se refere à participação. Destacam os autores que a motivação para a mudança de concepção e de prática da avaliação institucional desenvolvida pela CPA na IES adveio como reação a um cenário interno desanimador, com pouco

envolvimento e participação da comunidade acadêmica, ao mesmo tempo, associado à fragilidade na apropriação dos diagnósticos da avaliação por parte da gestão.

Relatam que uma das primeiras mudanças foi em relação aos instrumentos de coleta de dados, para a qual elegeram: o dia da avaliação, a avaliação *in loco*, as rodas de conversa e a análise de sistema. Os instrumentos baseiam-se na lógica da participação democrática e da negociação com a comunidade, sendo a comissão responsável pela sensibilização e orientação do processo. Também informam mudanças no sistema de memória de avaliações internas e na forma de construção do relatório final, procurando utilizar uma linguagem somativa articulada a uma formativa.

Os resultados dessa mudança de paradigma avaliativo na instituição, desenvolvido em dois anos, foram impressionantes, principalmente no aspecto da participação da comunidade. Os autores apontam para o percentual de 50% de participação do público discente, mais de 60% de participação do público docente e um crescimento de mais de 1000% da participação dos técnico-administrativos. Também consideram que as ações da comissão e os resultados da avaliação foram percebidos pelos gestores, por meio da socialização e discussão contextualizada dos resultados. Além disso, é interessante o esforço da comissão em socializar individualmente, por meio de e-mails, os resultados, soluções e problemas não resolvidos de interesse de cada segmento da comunidade.

O caso da mudança de paradigma do processo avaliativo relatado no IFPE aponta para a importância dos avaliadores conhecerem, dominarem e acreditarem num paradigma avaliativo, colocando em prática a teoria a serviço da resolução dos problemas da comunidade institucional, priorizando a própria comunidade interna. Destarte, o protagonismo da comissão faz-se essencial, assim como o envolvimento da comunidade no sentido de criar uma cultura permanente de avaliação para ser continuada, mesmo após a iminente renovação dos membros da CPA. É um trabalho que deve ser permanente.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no ano de 2008, abriu um novo campo de estudos e debates tanto nas áreas da educação profissional e tecnológica, como na educação superior, incluso nesse contexto o campo da avaliação da educação. Haja vista a equiparação dessas IES às universidades para efeito de regulação, avaliação e supervisão, a sistemática de avaliação institucional, de cursos e de desempenho de estudantes, pela qual são submetidas essas dimensões, é a do SINAES, havendo, portanto, a obrigatoriedade do desenvolvimento de processos autoavaliativos.

Nesse sentido, o estudo da produção acadêmica sobre os processos de autoavaliação institucional desenvolvidos nos contextos dos IF's, apresentado por esta pesquisa, nos revelou que esse conhecimento já vinha sendo construído, por meio de pesquisas acadêmicas de mestrado e de doutorado, quando essas IES ainda possuíam outras estruturas acadêmico-administrativas, como no caso dos CEFETs, ou quando passavam por mudança em suas identidades institucionais, no primeiro momento da implementação dos IFs. Esse achado é relevante para termos ideia de



como se desenvolveu cultura avaliativa em algumas dessas instituições, bem como serve para traçar estudos comparativos ou longitudinais a respeito do tema, tendo como base estudos de casos.

Em adendo, a pesquisa evidenciou que grande parte das publicações analisadas, a respeito da temática, ocupa-se de compreender ou descrever a relação entre os processos autoavaliativos com os de gestão e de planejamento nessas instituições, de modo que fica evidente a preocupação dos autores e autoras, consoante à efetiva utilização dos resultados das autoavaliações pelos agentes competentes (equipes gestoras), e quanto ao sentido e utilidade desses processos. Acrescenta-se a isso, o fato de que grande parte dos trabalhos demonstra interesse em discutir as relações e as implicações das atividades das equipes avaliadoras (CPAs), nesses espaços educativos, o que implica em discussões a respeito da participação dos sujeitos interessados nas autoavaliações.

Essas características do material pesquisado, em relação à literatura consolidada que trata da avaliação institucional, nos levam a perceber que existe certa convergência no foco de interesse do conhecimento construído a respeito da autoavaliação institucional nos Institutos Federais com o que é publicado sobre outras modalidades de IES, haja vista a preocupação com o uso e a utilidade dos resultados da avaliação interna, bem como a atuação das CPAs e tudo o que envolve seu trabalho, serem constantes na produção acadêmica nacional.

Destaca-se, ainda, a parca produção acadêmica a respeito de estudos meta-avaliativos que tomam como objeto avaliações internas de Institutos Federais, até o momento, o que aponta para a imperiosidade de direcionar mais atenção para a avaliação de autoavaliações nesses contextos educacionais. Tal medida se justifica, dado a potencialidade de meta-avaliações identificarem os aspectos positivos e as fragilidades desses processos avaliativos, tendo em vista melhorá-los.

Finalmente, é sabido que, até o momento, não foi sistematizada uma avaliação específica para a educação profissional e tecnológica e que as discussões a respeito do assunto ainda estão em andamento. Desse modo, a despeito de concordarmos com os estudos que apontam para a incapacidade do SINAES em avaliar os IFs de maneira adequada, devido às especificidades características dessas instituições que lhes distinguem de outras IES e lhes conferem identidades próprias, entendemos que o estudo da construção do campo da autoavaliação institucional nesses contextos, configura-se, ainda nesse período, como recurso profícuo para o entendimento da educação superior, profissional e tecnológica desenvolvida nesses contextos educativos.

## REFERÊNCIAS

ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. **Articulação entre a avaliação e o planejamento institucionais em Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica**. 2015. Tese (doutorado), Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2015.

ARGOLLO, Rivailda Silveira Nunes de. **Autoavaliação institucional na Rede Federal de Educação Tecnológica: análise da implementação do SINAES**. 2010.

Dissertação (mestrado)—Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 30/12/2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, Ivanildo Ramos. **Autoavaliação no Sinaes**: prática vigente e perspectivas para uma agenda futura. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

KWECKO, Fabio Rios. **Os desafios do diálogo entre autoavaliação institucional e gestão estratégica do IFRS-Campus Rio Grande**. 2017. Dissertação (mestrado profissional) —Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Educacional, RS, 2017.

MARTINS, Alexciano de Sousa. **Autoavaliação institucional em Instituição de Ensino Superior no Ceará, na perspectiva da comunidade acadêmica**. 2017. 144f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2017.

MENEZES, A. M. **Autoavaliação como instrumento de gestão na educação superior**: o Caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás IFG. 2012, 175 f. 2012. Dissertação (Mestrado)-Curso de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília, Brasília. 2012.

OLIVEIRA, Ana Carolina de Aguiar Moreira. **Avaliação institucional interna no âmbito do SINAES**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) - Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Ivan dos Santos; ROTHEN, José Carlos. Análise bibliométrica da produção acadêmica em periódicos científicos sobre os processos de autoavaliação institucional na educação superior brasileira. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 8, n. 22, p. 40-56, 2021.

OLIVEIRA, João Carlos Cecílio Batista. **A Importância da Autoavaliação na Ação Estratégica—Um estudo de caso no Instituto Federal do Triângulo Mineiro—IFTM Campus Patrocínio**. 2017. Tese de Doutorado. Instituto Politécnico do Porto. Escola Superior de Educação, 2017.

OLIVEIRA, Lucilene Rebouças de. **Estudo do processo de avaliação interna - ferramenta de tomada de decisão, de autocontrole, de autoconhecimento e de melhoria na gestão das Universidades e Institutos Federais**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. **A perspectiva da autoavaliação institucional e seus desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro**. 2012. [136 f.]. Dissertação (PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

EDUCAÇÃO AGRÍCOLA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2012.

SABOYA, Mariângela do Amaral. **Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará**. 2015. 118f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2015.

SILVA, Assis Leão da *et al.* **AValiação INSTITUCIONAL: O MODELO DE AValiação DEMOCRÁTICA NUMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO NO SINAES**. 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179356/101\\_00763%20-%20ok.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179356/101_00763%20-%20ok.pdf?sequence=1). Acesso em: abr. 2020.

SILVA, Juliano Reginaldo Corrêa. **O processo de autoavaliação em um Instituto Federal de Ensino**: uma análise com base na gestão do conhecimento e na teoria institucional. 2019. Dissertação (Mestrado), Universidade do Sul de Santa Catarina, Programa de pós-graduação em Administração, SC, 2019.

SOUZA, Valesca Rodrigues. **A autoavaliação proposta pelo SINAES no contexto de mudanças da educação profissional e tecnológica**: um estudo de caso no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-graduação em Educação, Brasília, 2010.